

PRAGMÁTICA*

*Herman Parret
Belgian National Science Foundation
(Universidades de Louvain e Antuérpia)
(Tradução Rodolfo Ilari)*

Ainda mais do que seus correlatos, sintaxe e semântica, o termo pragmática abrange disciplinas, orientações e perspectivas diferenciadas, tão distintas e à primeira vista incompatíveis que seu sentido chega a parecer vazio e o próprio termo inútil: alguns estudiosos que são considerados por outros como sendo 'pragmaticistas' questionam o rótulo e sua relevância (Searle, 1969). Além disso, o termo é usado em toda uma série de disciplinas tradicionalmente delimitadas, como a filosofia da linguagem, a lógica, a psicologia, a lingüística, a sociologia e a semiótica. O limite entre semântica e pragmática é constantemente discutido, e não se pode prognosticar qualquer acordo acerca desse problema de delimitação - coisas que, de acordo com este pertencem ao domínio da pragmática, são situadas por aquele no domínio da semântica (tome-se como exemplo a pragmática de Montague (Montague, 1974)), que é, de fato, uma semântica 'indicial', e, na direção inversa, a teoria causal dos nomes próprios de Kropke, freqüentemente caracterizada como uma teoria semântica, que é de fato pragmaticamente motivada (Kropke, 1972)). Em primeiro lugar, distinguir-se-ão aqui algumas orientações representativas; a seguir, enumerar-se-ão várias características comuns de uma 'atitude pragmática' com respeito à linguagem e aos sistemas de signos, provan do assim a utilidade do termo e seu caráter operacional ao menos incipiente; por fim, far-se-á um esboço diacrônico do termo, com origem principalmente nos trabalhos de Ch. S. Peirce, com suas interpretações minimalista e maximalista.

O modo mais fácil de classificar 'tipos' de pragmática é olhar os tipos de contextos que são considerados relevantes para uma descrição e explicação pertinente do discurso e de outras seqüências semióticas. Cinco tipos de contexto, com correspondência em outros tantos tipos de pragmática, serão distinguidos aqui: o contexto co-textual, o contexto existencial, o contexto situacional, o contexto acional e o contexto psicológico. Evidentemente, esses cinco tipos admitem superposições: por

* Texto do verbete "Pragmática" do DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE SEMIÓTICA (Coord. de Th. Sebeok). Agradecemos ao Prof. Parret pela autorização para publicar este texto em língua portuguesa e a FAPESP por ter possibilitado a presença do Prof. Parret em nosso departamento, como professor visitante.

exemplo, a idéia de que os fragmentos de discurso são ações será sentida como real tanto em uma pragmática orientada psicologicamente como numa pragmática orientada sociologicamente.

O co-texto como contexto. A sintaxe, desde o estruturalismo (e o distribucionalismo) até a gramática transformacional (nos moldes de Chomsky e das orientações pós-chomskianas) nunca ultrapassa a sentença, da mesma forma que a semântica, tanto em suas versões lingüísticas como em suas versões lógicas, nunca diz respeito a unidades maiores do que a proposição. A gramática de texto, a análise do discurso e a análise conversacional introduziram recentemente técnicas para analisar unidades amplas de um todo lingüístico, como parágrafos, fragmentos de discurso no diálogo e na conversação, esquemas de argumentação em tipos de discurso como o didático ou o político, grandes estruturas de avaliação de outros tipos de sintagmática, como a ficção e a poesia. As relações descobertas por essas novas metodologias vão além das relações anafóricas entre sentenças e das relações de correferência entre proposições. Elas reconstróem a coerência e a coesão dos textos como um macro sistema gramatical que habilita o intérprete, o receptor e o leitor para descobrir a significância dessas macro-unidades. Em contraste com as gramáticas sentenciais e as semânticas proposicionais clássicas, o co-texto funciona aqui como um contexto de descodificação. Contudo, parece difícil explicar a coerência e a coesão textuais como categorias puramente gramaticais, por isso revelar-se-á necessário considerá-la em conexão com os procedimentos psico-sociológicos, ou seja, com os outros tipos de contextualidade.

Contexto existencial. Opondo-se à idéia de que o sentido da linguagem ou dos fragmentos de discurso são imanentes, conforme se defende em muitas versões do assim chamado estruturalismo (enquanto filosofia ou mesmo enquanto ideologia), os lógicos e os filólogos têm sustentado tradicionalmente que as sequências lingüísticas ganham seu sentido pela sua relação com seus referentes. O contexto referencial (o mundo de objetos, estados de coisas e acontecimentos) contém canonicamente a unidade (item) a que a expressão lingüística faz referência. Um deslocamento da semântica para a pragmática ocorre uma vez quem fala e quem compreende (o 'receptor'), e sua localização espaço-temporal sejam considerados como sendo índices desse contexto existencial. Tomar em consideração na descrição do sentido das expressões lingüísticas esses índices (Benveniste, 1966) ou expressões indiciais (Russell, 1905, Bar-Hillel, 1970) ou categorias dêiticas (pessoa, tempo, espaço) leva a uma 'pragmática indicial'. Esta disciplina é plenamente veri-funcional (Montague, 1974): as unidades (items) ontológicas (objetos, estados de coisas e acontecimentos no mundo) são 'indiciados' ou relativizados com respeito à sua localização pessoal e espaço-temporal. Os gramáticos orientados para a sintaxe (por exemplo, Partes 1973) não hesitam em relacionar os fenômenos gramaticais da modalidade do modo, do aspecto e dos tempos do verbo aos índices de pessoa, tempo e espaço, índices referenciais e portanto determinados veri-funcionalmente. A pragmática indicial, porém, é tão somente um primeiro tipo de pragmática que leva em consideração a relevância da relação com o contexto existencial. Um outro tipo é a que propõe a

proliferação dos 'mundos possíveis' - não só o mundo real, mas todos os mundos possíveis podem ser tomados como contextos existenciais de seqüências lingüísticas (nova mente, Montagne, 1974, e também Hintikka 1962). A teoria dos modelos em colaboração com a lógica modal (ou a lógica da possibilidade, necessidade e contingência) elabora um quadro em cujo interior um mundo possível pode ser atribuído a uma expressão lingüística como um domínio. Os lógicos modais fazem a opção filosófica segundo a qual os contextos existenciais ou 'domínios' quer sejam reais ou possíveis, têm independência e autonomia ontológica com relação ao discurso. Isto é altamente questionável. Como pode um mundo possível ser um referente sem qualquer intermediação psicológica ou sem algum impacto de faculdades psicológicas como a imaginação ou a construção de conceitos?

Contexto situacional. Enquanto os contextos existenciais - os objetos, estados de coisas ou acontecimentos do mundo real e/ou dos mundos possíveis - são expressos por seqüências lingüísticas, os contextos situacionais são proporcionam "fatores" que determinam parcialmente seu significado. As situações enquanto contextos são uma classe ampla de determinantes sociais ou sociológicas. Pode consistir no cenário social das instituições (tribunal, hospital, sala de aulas) ou nos ambientes do dia-a-dia (restaurante, lojas) com suas regras de conversação específicas e suas rotinas intelectuais próprias. Essas determinantes dão forma principalmente às propriedades convencionais de unidades textuais amplas, e às estruturas argumentativas e persuasivas do discurso. A sociologia da linguagem e a sociolingüística introduzem uma tipologia de contextos situacionais: os papéis que os participantes do esquema da comunicação podem desempenhar impõem restrições à produção e compreensão de conteúdos comunicativos. Além do mais, as hierarquias sociais e, acima de tudo, a autoridade do falante reconhecida por uma micro-comunidade (por exemplo a família) ou por uma comunidade lingüística ou (inter)nacional são determinantes importantes dos conteúdos significativos das seqüências lingüísticas.

Contexto acional. A classe de situações que determinam a significância dos fragmentos discursivos é virtualmente infinita. É por isso que a tipologia das mesmas continua em larga medida impressionística. Uma subclasse específica de situações são as próprias ações lingüísticas. A lição essencial de Austin (Austin, 1962) não é que as seqüências lingüísticas expressam ações, mas que elas são ações: poder-se-ia dizer que as sentenças com marca de performatividade e, em primeiro lugar, as sentenças que comecem pela fórmula performativa, são os contextos de si próprias. Nas últimas fases da teoria de Austin, já não se admitia que algumas sentenças pelo menos tenham um sentido puramente descritivo, dito "constativo", sem ser performativa: de todos os tipos de sentença diz-se a essa altura que têm uma força, chamada força ilocucionária, que se distingue do conteúdo proposicional e dos possíveis (mas facultativos) motivos perlocucionais. A força de uma enunciação é colocada 'convencionalmente' em relação à sentença por todo tipo de operações morfosintáticas: seja como for, é identificável e, ademais, espera-se que o seja. Austin introduz na teoria dos atos de fala uma for

te afirmação do caráter contratual da produção linguística dos falantes da comunidade (que é acentuada ainda mais por Ducrot, 1972). A teoria dos atos de fala que se origina na concepção de Austin da língua como uma ação andou elaborando o fato de que as condições de produção de um ato de fala (e mais particularmente de sua forma ilocucionária) são sistemáticas e passíveis de especificação: os atos de fala são governados por regras (Searle, 1969). Um outro ponto central da perspectiva pragmática que a teoria dos atos de fala corporifica é que a ação linguística é uma ação intencional. O falante tem intenções específicas e pretende além do mais que sejam reconhecidas. A transmissão de intenções particulares fica portanto subordinada a uma intenção geral de comunicação. Se, por um lado, os atos de fala são ações intencionais, sujeitas a condições de comunicabilidade, por outro lado, eles não excedem o paradigma acional: a ele deveria ser acrescentada a condição de interação, isto é, a condição de que as ações linguísticas dos outros falantes que participam da situação comunicativa, são o contexto de produção do meu discurso, agindo com uma capacidade produtiva semelhante, e assim sucessivamente. Na realidade, a perspectiva interacional completa a intuição austiniana do falar como ação. Outras teorias intencionais do significado, como a de Grice (Grice, 1957), com a repercussão que lhes corresponde na análise do discurso (por exemplo, a taxionomia de máximas de Grice, derivada do assim chamado Princípio de Cooperação, de grande importância para a análise da implicatura conversacional (Grice, 1968) desenvolveu melhor do que os seguidores de Austin o tema interacional: nenhuma comunicação - nenhum reconhecimento de intenções - é possível sem uma interação cooperativa e coordenada. Parece que a sistematicidade dos contextos (inter)acionais e de seu impacto sobre a significância do discurso é mais fácil de reconstruir com teorias linguísticas do que outros tipos de contextos como os situacionais e psicológicos.

Contexto psicológico: O fato de considerar o discurso como uma ação, e os atos de fala como condicionados intencionalmente, leva a incorporar as categorias mentais e psicológicas na teoria pragmática da língua. As intenções, crenças e desejos são encarados como estados mentais que são responsáveis por programas de ação ou de interação. A atividade mental enquanto tal, enquanto é meramente postulada como um conteúdo da mente, não é relevante para a pragmática: somente intenções, crenças e desejos reconhecíveis (e, em algum sentido 'convencionalizados'), que se traduzam em programas interacionais são importantes para a descrição e a explicação pragmática - eles são o contexto psicológico para a compreensão e produção linguística. Estas considerações contudo, não são psicolinguísticas num sentido estrito. A psicolinguística - sobretudo no contexto (pós)-chomskiano - investiga a aquisição da linguagem, e apenas indiretamente pode estar interessada num estudo sincrônico das relações sistemáticas entre tipos de contextos psicológicos (na realidade, constelações de conteúdos mentais) e seqüências gramaticalmente realizadas. O contexto psicológico, tal como é relevante para a pragmática, não é a "vida da mente" em sua totalidade - para usar uma metáfora perigosa - mas somente aquela parte da atividade mental que se realiza em procedimen

tos de produção e compreensão de processos lingüísticos determinados gramaticalmente. O problema da aquisição da linguagem (por exemplo, em Piaget/Chomsky 1979), a discussão sobre inatismo, e a plausibilidade de fundamentos neurofisiológicos ou biológicos da atividade mental no uso da língua não tem nenhuma relevância direta para a pragmática.

Esta resenha de tipos de contextos pretende introduzir um panorama das orientações mais representativas em pragmática: pragmática do texto (ou lingüística do texto onde o assim chamado co-texto serve principalmente de contexto), pragmática lógica (contexto existencial), pragmática orientada sociologicamente (contexto situacional), teoria dos atos de fala (contexto acional), e pragmática orientada psicologicamente (contexto psicológico). Conforme ficou dito acima, os tipos que assim se distinguem se confundem constantemente, e sua taxionomia é inclusive incompleta. Mas ainda assim, como noção genérica, o termo 'pragmática' pode ser empregado adequadamente, porque indica uma perspectiva específica e uma atitude reconhecível com respeito à língua e a outros sistemas de signos. Aqui, serão desenvolvidas três características da 'atitude pragmática': a ligação contextual do sentido discursivo, anteriormente mencionada, a especificidade da racionalidade ligada ao discurso, e a heurística especial que a compreensão (ao contrário da produção) tem para uma abordagem pragmática da linguagem.

Ligação do sentido discursivo ao contexto. O contextualismo, em oposição ao 'literalismo' (ver Dasca, 1982), defende em filosofia da linguagem que o sentido se caracteriza como globalmente ligado ao contexto. Várias teorias exponenciais do sentido, ao contrário, procuram salvaguardar uma noção de sentido 'literal' ou 'independente do contexto' que é necessária quando se quer proteger a autonomia e independência da semântica. A propósito, é importante perceber que a defesa do contextualismo não implica que a teoria pragmática deva ser vaga e assistemática. Os tipos de contexto devem ser distinguidos rigorosamente, e, especialmente, sua relevância gramatical precisa ser investigada. Evidentemente, a 'gramática' que interessa ao estudioso de pragmática é antes a de Wittgenstein do que a de Chomsky: Wittgenstein (1953), padroeiro dos filósofos e semioticistas orientados pragmaticamente, desenvolve uma noção de 'gramática profunda' que é, na realidade, a gramática de todo o uso da língua, em sua diversidade e infinidade, e portanto não é idêntica à gramática do linguista, que é por natureza reducionista em relação à riqueza do discurso como 'forma de vida' (outra noção de Wittgenstein). Não se deve visar a esse propósito, ou mesmo admitir nenhuma vagueza. No interior do conjunto dos contextos relevantes, a tipologia deve ser paralela à tipologia de estratégias da produção/compreensão das seqüências de discurso. 'Estratégia' é a noção central de toda pragmática - uma 'gramática profunda pragmática' não é a gramática profunda do linguista porque em pragmática são pertinentes estratégias ao invés de regras. Além disso, a pragmática não se identifica com a teoria dos atos de fala, onde são centrais convenções ao invés de estratégias. Seria um erro pensar os contextos como conjuntos de variáveis existindo autonomamente e independen

temente do processo de comunicação entre membros de uma comunidade: os contextos são dinâmicos, são moldados pela própria atividade de fala, e são antes o resultado (output) do que a causa (input) da competência criativa do falante (ver Parret 1980a, 1980b). A construção de contextos como uma dinâmica pressupõe, na verdade, uma competência criativa de compreender por meio de estratégias que assentam na racionalidade específica ligada ao discurso.

Racionalidade ligada ao discurso. As estratégias são regularidades exteriorizadas por uma competência comunicativa - são cadeias de razões, e portanto baseiam-se em processos de raciocínio. O discurso, para o pragmaticista, é a totalidade das regularidades (reconhecíveis por causa de sua generalidade) que expressam raciocínio teórico e prático. Essas estratégias (de compreensão) são inferenciais (não contudo inferências lógicas, porque são realizadas no e por meio de uso da língua natural). A atividade inferencial é, aqui, de fato, um procedimento de transposição do sentido, de um primeiro para um segundo nível - parafrástico - do discurso objeto. Distinta desse tipo de atividade inferencial é a inferência lógica, que pressupõe uma metalinguagem em que todo sentido pode ser finalmente traduzido. A inferência na e pela língua natural pode ainda ser realizada de duas maneiras: descritivamente e prescritivamente. A racionalidade ligada ao discurso desenvolve de preferência cadeias de inferências prescritivas: "Se você aceitar s, então, você aceitará S", ou mesmo "Se você aceitar s, então você deveria aceitar S". A propriedade de aceitabilidade de uma inferência baseia-se na evidência. A atividade inferencial consiste em raciocinar, em usar e reconhecer razões. Mas as razões aqui não são 'naturais'- descritivas ("a razão pela qual A produz B") mas 'não-naturais'-prescritivas ("A é a razão para x, x é para B"). As razões daqueles que raciocinam no e pelo discurso, e portanto realizam inferências a fim de compreender, são razões 'não naturais', prescritivas. É impossível elaborar aqui técnicas para inferir prescritivamente (ver Parrett 1983) - permita-se porém mencionar que a evidência que rege qualquer inferência possível, uma vez que a inferência é feita por raciocínio 'não-natural', assenta num esquema de três termos: a estrutura de um discurso raciocinando/razoável, a estrutura do objeto de raciocínio, e a estrutura interna do raciocinador. É do conhecimento comum que a semântica clássica trabalha com um conceito bipolar de racionalidade (cujos dois polos são o pensamento e a realidade). Ao contrário, a pragmática trabalha com um modelo triangular: o raciocinar não é determinado por sua relação com a real (com o que a racionalidade seria reduzida a uma faculdade de reconstrução da verdade) mas pela intermediação do conceito de um ser racional como raciocinador. A noção pragmática de racionalidade acentua o fato de que se raciocina e se compreende - no interior da generalidade de propósitos que são compartilhados por quem fala e quem entende, tais como a comunicabilidade e a homogeneidade da estrutura interna daqueles que raciocinam numa comunidade. O toque pragmático (ou 'antropológico') dado à racionalidade implica que as estratégias são encaras como relacionando-se a valores. Além disso, a centralidade da ligação discursiva da racionalidade, e do raciocínio prescritivo inferencial transforma a pragmática nu

ma teoria da compreensão - a compreensão é assimetricamente prioritária em comparação com a produção, a partir do momento em que se leva a sério a especificidade dos processos de raciocinar no discurso.

Estratégias de compreensão. Toda a metáfora das teorias lingüísticas contemporâneas sugere evidentemente que a produção das seqüências lingüísticas é considerada como paradigma da atividade lingüística. A competência discursiva como um mecanismo gerativo, na gramática transformacional, por exemplo, é claramente vista como uma competência de produção. Chomsky afirma que a competência é bi-direcional ou neutra com respeito à oposição produção-recepção, mas o tipo específico de formalismo das regras gramaticais mostra que a competência gerativa deve ser representada como uma competência produtiva, mais do que interpretativa. Uma 'competência comunicativa' pragmática, ao contrário, é uma competência de compreensão, e é necessário que uma teoria pragmática do discurso se oriente heurísticamente: compreender, ou 'descobrir' a significância de uma seqüência discursiva é uma exigência à língua como tal ou, dito de outra maneira, o conceito de compreensão é uma determinação do conceito de língua. Há portanto uma assimetria essencial entre produção e compreensão em pragmática: só se pode falar de língua no caso de a língua ser compreendida (ou, mais explicitamente, L é uma língua de uma comunidade somente no caso de os membros dessa comunidade compreenderem as seqüências discursivas de L). Nenhum sentido transcende a compreensão, conforme se declara especulativamente na hermenêutica. Este deslocamento radical, característico da perspectiva pragmática, não subestima a produtividade discursiva, mas afirma que a produção de discursos deve ser vista como um procedimento de compreensão, ou que o conceito de produção de discurso deve amoldar-se ao conceito de compreensão. Wittgenstein (1953) sugere que a compreensão deve ser encarada como um conceito de semelhança-de-família, e sustenta que na vida e na língua de todos os dias a compreensão funciona ora como interpretação, ora como explicação, ora como tradução. Todavia a compreensão não deve nunca ser considerada como um estado mental ou uma experiência específica - é antes uma faculdade, uma capacidade, e por isso quem compreende é capaz de fazer coisas específicas. É uma habilidade extrínseca, não uma operação puramente psicológica, mas uma operação-no-mundo. Essa conotação prática da compreensão é básica para a perspectiva pragmática. A inferência não-natural de que se falou nos parágrafos anteriores é característica das estratégias de compreensão. Aquilo que quem compreende infere praticamente ao compreender uma seqüência discursiva é, de fato, um correlato de sentido que consta de três componentes: um operador universal de racionalidade, uma estrutura modal e um conteúdo proposicional (para detalhes desde modelo, veja-se Parrett, 1980b). Em termos informais, o correlato significativo de um procedimento de compreensão pode-se dizer que seja: "É racional/razoável (operador de racionalidade universal) que eu/você julgue/deseje (estrutura modal) que p". Uma variedade de combinações é possível no interior da estrutura modal: o juízo do falante/ouvinte pode estar encaixado no desejo do falante/ouvinte, e pode haver concatenação de seqüências judicativas e volitivas comandando p. A partir desses três componentes do

correlato significativo, três tipos específicos de contextos podem ser construídos. O contexto do operador de racionalidade universal é a comunidade dos utilizadores racionais/razoáveis do discurso e outros sistemas sógnicos; transposto para o nível epistêmico, esse contexto se transforma na totalidade de suposições prévias que são oferecidas por uma comunidade discursiva aos seus membros. O contexto de modalidade são as circunstâncias interacionais que são organizadas em torno da desejabilidade compartilhada e mútua dos valores; transposta para o nível epistêmico, essa modalidade torna-se na totalidade de 'opiniões' que os parceiros têm numa situação comunicativa (essas opiniões dizem respeito às necessidades e objetivos de um em relação ao outro). O contexto do conteúdo proposicional é obtido da denotação compartilhada das sequências discursivas; transposto epistemicamente, esse contexto consiste nas crenças do falante/intérprete (understander).

Em suma, a pragmática é caracterizada essencialmente pela concepção da dependência contextual do sentido discursivo, da racionalidade dependente do contexto e pela orientação da compreensão. Esses três componentes conceituais reavaliam a subjetividade na língua. Os clássicos do início do século XX em filosofia, como Frege, Husserl e Russell reagiram contra uma noção de subjetividade de colorações idealísticas, e o estruturalismo, como uma 'ideologia' nas ciências sociais, principalmente na França na década de 60 solapou o humanismo ingênuo e o subjetivismo. A pragmática, porém, pressupõe o sujeito em discurso, sem reintroduzir o psicologismo e o subjetivismo. É por esse motivo que a 'atitude pragmática' reage contra a linguística estrutural, onde, a começar por Saussure, a subjetividade é expulsa da 'língua' para a 'parole', não passível de domínio teórico - e também contra a gramática gerativa chomskiana, - onde o 'falante/ouvinte ideal' não é o sujeito que fala, mas uma 'mente' que se identifica com a estrutura neurofisiológica do cérebro. Benveniste (1966), um estruturalista um tanto marginal, reintroduz a subjetividade como uma categoria operacional na teoria linguística. A subjetividade, aí, não é a individualidade ou a personalidade de idiossincrática do falante - algo como um emaranhado de estos psicológicos originais e internos - mas existe somente como um conjunto de propriedades determinadas do discurso do falante. Linguistas como Benveniste e Guillaume reintroduzem a atenção para a dêixis (pessoa, tempo, espaço), para o amplo campo do funcionamento do discurso como demonstração (pronomes, demonstrativos), argumentação e persuasão. Além da metodologia pragmática em que a subjetividade no discurso é estudada através da dêixis, há uma outra em que a modalidade é central: não somente se investigam então os modos gramaticais (grammatical modes) mas também os modos (moods) proposicionais e ilocucionários. Ambas as metodologias - o estudo da dêixis por um lado e da modalidade por outro - são acessos privilegiados ao domínio da pragmática.

Esta constelação de características essenciais da pragmática (dependência contextual do sentido discursivo, racionalidade dependente do discurso e a orientação para a compreensão de uma teoria pragmática adequada) acaba de ser esboçada sin cronicamente. Mas também tem uma diacronia muito relevante, Ch.S.Peirce em diante, pas

sando por todas as teorias contemporâneas do signo, do sentido e da língua, em lógica, filosofia e ciências sociais. Nessa diacronia, podem-se distinguir duas linhas principais: um programa minimalístico da pragmática de um lado, e um programa maximalista de outro. Pode-se compreender ambos os programas examinando mais de perto a passagem de uma dessas concepções para a outra nos trabalhos de Charles Morris (de Morris, 1936 para Morris, 1946). Morris propõe em sua primeira monografia "Foundations of the Theory of Signs" a conhecida tripartição da semiótica em sintaxe, semântica e pragmática. A principal fonte de inspiração para Morris na época é a filosofia do empirismo lógico e mesmo a behaviorista. Todavia, um outro aporte filosófico revela-se importante a Morris, o pragmatismo americano, através dos trabalhos de George Mead e Charles Sanders Peirce (ver Morris, 1970). Deve ficar claro que o pragmatismo e a pragmática não devem ser confundidos. Enquanto o pragmatismo é uma filosofia total (na realidade, uma combinação de lógica, epistemologia e ética) que acentua o papel central do homem como um ser racional que se insere e atua como tal na e sobre a realidade, a pragmática é um ramo da semiótica ou da 'ciência unificada'. Essa dupla origem das idéias filosóficas de Morris (de um lado, o empirismo lógico e o behaviorismo, e de outro a filosofia pragmática) também marcam duas possíveis concepções de pragmática. Na primeira concepção, a pragmática será reduzida a um componente da semiótica tridimensional (aqui a inspiração é da filosofia da ciência do empirismo lógico), e numa segunda concepção a pragmática torna-se a base integradora da teoria global dos signos e do sentido (atua aqui sua ligação essencial com o pragmatismo). A própria doutrina de Morris, de 1938 a 1946, evoluiu enormemente, e é evidentemente a maior influência de Peirce nos últimos escritos de Morris que transforma sua concepção minimalista inicial numa concepção maximalista.

Os critérios pelos quais o primeiro Morris delimita a semântica e a pragmática são conhecidos. A pragmática investiga a dimensão pragmática da semiose, isto é, a maneira como o signo expressa seu utilizador (enquanto a semântica investiga a dimensão semântica da semiose, isto é, a maneira como o signo denota seu objeto). O que aparece como novo, aqui, na história da semiótica, é o fato de considerar-se que a dimensão pragmática é governada por um sistema de regras que são independentes das dimensões sintática e semântica, e simultaneamente correlacionadas com elas. Evidentemente, a natureza dessa correlação é que permanece problemática e nunca é esclarecida e explicitada no pensamento de Morris (veja-se, por exemplo, Granger 1976, sobre este aspecto). Morris afirma numa linha claramente behaviorista que qualquer regra semântica tem como correlato na dimensão pragmática a tendência do organismo para usar o signo em circunstâncias dadas e determinadas. E, na direção inversa, qualquer relação do signo com o utilizador do signo implica no conhecimento pelo organismo das relações que o signo mantém com o sistema de signos de que ele é uma entidade (sintaxe) e das relações que o signo mantém com os objetos e estados de coisas a que o utilizador do signo faz referência (semântica). Mas essa correlação implica na independência dos componentes semióticos, mais do que sua interdependência. A semiótica tridimensional, de acordo com o primeiro Morris, consiste em três pontos de vista (a três

metodologias) irredutíveis correspondentes a três dimensões objetivas da semiose (por exemplo, Morris, 1938: 53). A evolução do pensamento de Morris de 1938 a 1946 reflete, entre outros, o fato de que a semântica e a pragmática, ainda distintas como duas 'atitudes' específicas com suas próprias propriedades metodológicas, já não correspondem a dimensões objetivas da semiose. A tridimensionalidade torna-se uma característica da semiótica, e não da semiose - a motivação para a tripartição torna-se heurística, e Morris insiste mais e mais na homogeneidade da semiose. Os três componentes semióticos são definidos daqui para a frente como segue: pragmática passa a ser na realidade a semiótica sem reduções, investigando a origem, os usos e os efeitos dos signos no e sobre o comportamento significativo dos interpretantes; a semântica é uma semiótica parcial (reduced), um enfoque 'abstrato' que investiga o sentido de signos 'fazendo abstração' de sua interpretação pelos utilizadores da língua; e a sintaxe é uma semiótica ainda mais reduzida, um enfoque ainda mais 'abstrato' que subjaz à investigação das combinações sistemáticas entre signos, 'fazendo abstração' não só da interpretação mas do próprio significado (veja-se especialmente Morris, 1946:219). Esta típica evolução dos escritos de Morris em direção a uma concepção maximalista da pragmática (que será a única semiótica não parcial) mostra que a delimitação da semântica e da pragmática não precisa necessariamente ser motivada pela ontologia da semiose: é uma delimitação meramente heurística e metódica (veja-se Parrett, 1981). É preciso aceitar a atitude maximalista em pragmática para evitar paradoxos e contradições - é interessante observar que a concepção de Carnap a respeito do problema de delimitar semântica e pragmática é intermediária, hesitante entre as duas atitudes, e por isso mesmo altamente insatisfatória (veja-se Parrett, 1980c; 17-20).

A semiótica de Peirce, intrínseca e globalmente dependente do pragmatismo, mostra como uma concepção maximalista da pragmática enquanto base integradora do estudo do sentido lingüístico em sua totalidade, transcende qualquer tricotomia (epistemológica ou ontológica) e toda dicotomia (pense-se aqui nas dicotomias clássicas em teoria lingüística, entre forma e substância, 'langue' e 'parole', competência e performance). Sem tentar sequer um começo de sistematização das idéias de Peirce sobre esta questão, poderíamos lembrar pelo menos três pontos particulares, a indicar sua convicção de que a semiótica poderá ser unificada tão logo assente na pragmática como base integradora. Em primeiro lugar há o interpretante que é, de acordo com Peirce, a dinâmica dos processos semióticos (Peirce, 5.473, 6.347 e 8.343): o interpretante não é uma entidade psicológica ou um conjunto de estados mentais, ou um catalizador de fenômenos psicológicos, sociológicos e biológicos (esta é a maneira como Dewey interpreta Peirce em seu artigo de 1946, especialmente 86-87), mas um efeito lógico da ação do signo. O dinamismo semiótico é lógico, portanto unificado, porque as idiosincrasias psicológicas e mentalísticas são automaticamente excluídas de uma semiótica pragmaticamente orientada. Em segundo lugar, nem a sintaxe formal nem a semântica pura (a semântica veri-funcional), a Morris, são possíveis no quadro teórico de Peirce. A lógica interpretativa da abdução não pressupõe uma base estável extrasemiótica (existência ontológica ou psicológica) mas somente o funcionamento da máxima

pragmatista. Deve-se lembrar que a imagem corrente da máxima pragmatista (segundo a qual a totalidade da concepção corrente do objeto para uma pessoa corresponde à concepção dos efeitos do objeto, onde 'efeitos' é interpretado utilitaristicamente: verdade e utilidade seriam intercambiáveis) está longe da maneira sutil como o próprio Peirce aborda a máxima: 'efeito' equivale à interpretação, portanto propõe-se o papel central do interpretante ao constituir a objetividade; e a semiótica é unificada fundamentando-se toda constituição na base pragmatista. Em terceiro lugar, a semiótica é unificada pragmaticamente pelo fato de que a categoria Terceiridade (thirdness) é preponderante no domínio do pensamento e da discursividade: a Terceiridade consiste numa série de propriedades que pertencem paradigmaticamente à língua e ao sistema de signos, como a regularidade, a sujeição a leis (Lawfulness), a continuidade e a generalidade (Peirce, 1.337-349; 8.331-332). O contínuo e o geral cristalizam nas tendências (ou atitudes) que são características do interpretante discursivo. A experiência simplesmente qualitativa e não diversificada (Primeiridade) bem como a experiência percebida e portanto diversificada (Segundidade) são transcendidas pela mais alta forma de interpretação, a saber o interpretante marcado por atitudes discursivas. Em oposição ao mentalismo e ao psicologismo, a atitude interpretativa será reconhecível somente como finalidade ou como ação (Peirce 5.481). Na verdade, a semiótica de base pragmática é de fato uma lógica da ação, especialmente a ação do discurso permeado pelo pensamento. O esforço de Peirce pela unificação radical da semiótica em sua base pragmática é o melhor exemplo de atitude maximalista em teoria pragmática.

A maioria dos linguistas e filósofos, tanto da tradição estruturalista como gerativa, têm uma concepção minimalista da pragmática. Admitem a autonomia da sintaxe e da semântica por causa do argumento defendido por Morris: os domínios sintático e semântico são semioticamente objetivos (isto é, ontologicamente autônomos). Uma teoria do sentido inspirada por intuições Peirceanas aceita somente níveis heurísticos (mas não qualquer estabelecimento de níveis ontológicos): sustenta que as perspectivas sintática e semântica são abstrações, de grande importância metodológica, com respeito à 'atitude pragmática', onde significar é visto como interpretação ou compreensão ou, como ficou dito, onde significar é globalmente dependente da tríade (dependência contextual, racionalidade ligada ao discurso, compreensão/interpretação). Desde que essa intuição pragmatista tem que ser operacionalizada na ciência empírica, uma 'gramática profunda' - de que Wittgenstein e Peirce são os tutelares - apresenta um sistema de estratégias inferenciais que pressupõe como fundamento a inserção do homem racional numa comunidade comunicativa.

REFERÊNCIAS:

AUSTIN, J.L. (1962) - How to do Things with Words. Oxford.

BAR-HILLEL, Y. (1970) - Aspects of Language. Jerusalem/Amsterdam.

- BENVENISTE, E. (1966) - Problèmes de linguistique générale. Paris.
- DASCAL, M. (1982) - Contextualism. Possibilities and Limitations of Pragmatics, ed. H. Parrett, M. Sbisà and J. Verschueren. Amsterdam.
- DUCROT, O. (1972) - Dire et ne pas dire. Paris.
- GRANGER, G.G. (1976) - Syntaxe, sémantique, pragmatique. Revue Internationale de Philosophie, 30, 376-410.
- DEWEY, J. (1946) - Peirce's Theory of Linguistic Sign. The Journal of Philosophy, 43, 85-95.
- GRICE, H.P. (1957) - Meaning. The Philosophical Review, 67, 39-48.
- (1968) - Logic and Conversation. The Logic of Grammar, ed. D. Davidson and G. Harman. Encino and Belmont.
- HINTIKKA, J. (1962) - Knowledge and Belief. Cornell U.P.
- KRIPKE, S. (1972) - Naming and Necessity. Semantics of Natural Language, ed. D. Davidson Dordrecht.
- MONTAGUE, R. (1974) - Formal Philosophy. Yale U.P.
- MORRIS, Ch. (1938) - Foundations of the Theory of Signs. Chicago/London.
- (1946) - Signs, Language and Behavior. New York.
- (1970) - The Pragmatic Movement in American Philosophy. New York.
- PARRET, H. (1980a) - Les stratégies pragmatiques. Communications, 30.
- (1980b) - Contexts of Understanding. Amsterdam.
- (1980c) - Connaissance et contextualité. Le langage en contexte. Etudes philosophiques et linguistiques de pragmatique, ed. H. Parret. Amsterdam.
- (1981) The Semantics-Pragmatics Delimitation Debate. Quaderni de Semantica, 2, 2.
- (1983) - On Pragmatic Strategies. Toward a Systematic Pragmatics (in print).
- PARTEE, B. (1973) - Some Transformational Extensions of Montague Grammar. Journal of Philosophical Logic, 509-534.
- PEIRCE, Ch. S. (1931-1935) - Collected Papers (1-8), ed. Ch. Hartshorne, Cambridge, Mass.

RUSSEL, B. (1905) - On Denoting. Mind, 14.

SEARLE, J. (1969) - Speech Acts. Cambridge U.P.

WITTGENSTEIN, L. (1953) - Philosophical Investigations. Oxford.